

VISTO
BH. 06/08/18
Gabriel Pereira de Mendonça
Promotor de Justiça
Curador de Fundações

FUNDAÇÃO RENOVA
(Fundação de direito privado sem fins lucrativos)

CNPJ/MF nº 25.135.507/0001-83

**ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO CURADOR
REALIZADA EM 21 DE NOVEMBRO DE 2017**



1. **Data, Horário e Local:** No dia 21 de novembro de 2017, às 10 horas, na sede social da Fundação Renova, localizada na Av. Getúlio Vargas, 671, 4º andar, na Cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais.
2. **Convocação, Presença e Instalação:** A reunião foi devidamente convocada conforme as regras previstas no artigo 18, §1º, e no artigo 25 do Estatuto da Fundação Renova, tendo comparecido as pessoas a seguir listadas:
 - 2.1. Conselheiros indicados pela Mantenedora Subsidiária BHP Billiton Brasil Ltda., os senhores Wilson Nélio Brumer, Flávio de Medeiros Bocayuva Bulcão e Ian Burton Wood (titulares), participando de forma presencial;
 - 2.2. Conselheiros indicados pela Mantenedora Subsidiária Vale S.A., os senhores Alberto Ninio, Pedro Aguiar de Freitas (titulares) e Ana Cristina Correa da Silva (suplente), participando de forma presencial;
 - 2.3. Conselheiro indicado pelo Comitê Interfederativo (CIF), Sr. José Ângelo Paganini, participando de forma presencial;
 - 2.4. Presentes também os seguintes convidados do Conselho Curador: Roberto Silva Waack, Diretor Presidente da Fundação Renova, Leonardo André Gandara, Gerente Jurídico da Fundação Renova, Guilherme Almeida Tângari, Gerente de Governança e Riscos da Fundação Renova e Andrea Dourzi Seif, Especialista de Governança e Gestão da Fundação Renova.

Em obediência aos termos do Estatuto Social da Fundação Renova, em especial ao artigo 26, o Presidente da Mesa (indicado no item 3 abaixo) atestou o cumprimento das formalidades de convocação, atestou a existência de quórum suficiente e instalou a reunião.

3. **Mesa:** Presidente: Sr. Wilson Nélio Brumer. Secretário: Sr. Guilherme Almeida Tângari.

4. **Ordem do Dia:**

- 4.1. Abertura;
- 4.2. Relato do Diretor Presidente;
- 4.3. Relato de *Compliance*;
- 4.4. Acompanhamento de saúde e segurança;
- 4.5. Diálogo com Conselho Consultivo
- 4.6. Orçamento (discussão com conselheiros)
- 4.7. Assuntos para aprovação:

VISTO
BH. 10/04/18
Gabriel Pereira de Mendonça
Promotor de Justiça
Curador de Fundações

[Handwritten signatures and initials in blue ink]



- (a) APRO41/2017 - Aditivo de valores associados ao termo de cumprimento ao TAC Tupiniquim e Guarani;
 - (b) APRO42/2017 - Aprovação de dois membros para o Comitê Técnico;
 - (c) APRO44/2017 - Extensão de licenças maternidade e paternidade;
 - (d) APRO45/2017 - Acordo geral de cooperação com EMBRAPA;
 - (e) APRO46/2017 - Aquisição da propriedade do Sr. João Corcini;
 - (f) APRO47/2017 - Aquisição área correspondente a 132 ha para viabilizar a construção do Dique S4;
 - (g) APRO48/2017 - Aditivo do contrato com o fornecedor Hidropoços para recuperação do poço existente na terra indígena Krenak;
 - (h) APRO49/2017 - Aditivo do contrato com o fornecedor Tommasi Analítica Ltda. para continuidade do monitoramento marinho e monitoramento da potabilidade da água de Colatina/ES;
 - (i) APRO 51/2017 - Revisão da quantidade de empregados diretos da Fundação Renova;
- 4.8. Assuntos para discussão:
- (a) Comunicação;
- 4.9. Assuntos para informação:
- (a) Acompanhamento de ações originadas nas reuniões anteriores;
 - (b) Relato de ouvidoria;
- 4.10. Encerramento e avaliação da reunião.

5. **Discussões:**

- 5.1. O Presidente do Conselho iniciou os trabalhos agradecendo a participação dos conselheiros e solicitou ao Diretor Presidente que apresentasse uma atualização das atividades conduzidas pela Fundação desde a última reunião do Conselho Curador;
- 5.2. O Diretor Presidente iniciou a apresentação do período anterior, destacando a avalanche de abordagens da imprensa. A Fundação firmou-se como a entidade responsável pela condução dos processos de recuperação dos impactos socioeconômicos e socioambientais oriundos do rompimento da Barragem de Fundão;
- 5.3. Acrescentou que o período foi marcado pelo Programa de Indenização Mediada (PIM) e os processos de indenização, a despeito de alguns pontos de divergência entre a Fundação e os órgãos públicos. Sobre a negociação de um novo termo de ajustamento de conduta pelas mantenedoras, tal como vem sendo noticiado, o que se sabe é que a grande discussão remete às eventuais alterações ao modelo de governança, podendo sumarizar no incremento da participação das comunidades, o que seguramente levará a Fundação a rever sua estrutura;
- 5.4. O Diretor Presidente informou sobre o programa de vivência da Fundação, que é muito interessante e inúmeros *stakeholders* vêm participando de forma muito intensa. Importante lembrar que no período anterior, a Fundação recebeu visita de Felix Finkbeiner, fundador e presidente da organização *Plant for the Planet*, que participou de encontros com jovens em Mariana. Ele percebeu a Fundação Renova como parceira importante para o programa liderado pela sua organização, especificamente no que tange à Mariana;

Mudando de assunto, o Diretor Presidente requereu ao Conselho Curador a criação de nova diretoria para conduzir as questões administrativas e que não estejam diretamente vinculadas

aos programas e ao engajamento, no que foi autorizado a pautar tal assunto assim que esse assunto estiver apropriado para submissão ao Conselho;

- 5.6. Sobre o processo de suprimentos, acrescentou que a Fundação encerrou o volume de pendências de aquisições, destacando o esforço para aquisições locais como o foco de atuação da Fundação, ou seja, precisamos focar no cumprimento dos requisitos fundamentais e as contratadas locais não podem se furtar ao seu cumprimento. Ainda dentro do processo de suprimentos, a Fundação está envidando esforços nas auditorias nos contratos cedidos pela mantenedora principal;
- 5.7. Sobre a Ouvidoria, o processo está evoluindo bem, ainda com grande volume de reclamações, principalmente voltadas para o processo de indenização e para concessão indevida de auxílio financeiro emergencial. Começa a surgir o tema das condições de trabalho dos terceiros que trabalham para a Fundação. Sobre *Compliance*, os registros de denúncias vêm crescendo e também os registros de reuniões com agentes públicos. No que tange à área financeira, trataremos com maiores detalhes quando abordarmos o orçamento;
- 5.8. Sobre o reassentamento, as maquetes de Bento foram concluídas e ficaram ótimas para a visualização do local com uma perspectiva mais concreta. A Fundação está avançando nos pontos burocráticos como o projeto de lei para readequação do plano piloto e os aspectos da desapropriação. O Conselheiro Sr. Ian Burton Wood questionou quais os alertas que podem ser destacados nos processos da Fundação, acrescentando que esse Conselho precisa ser atualizado de forma bastante detalhada sobre esses pontos de alerta, sobre o que precisa ser comunicado e o plano para atender a contingência. O Conselho precisa ter projeções realísticas do cumprimento do cronograma e do orçamento;
- 5.9. Adentrando na questão das indenizações, o Diretor Presidente destacou que a Fundação irá reiterar o pedido de abertura de painel de especialistas para dirimir as questões da natureza jurídica do auxílio financeiro emergencial, destacando a necessidade de, em contrapartida, não banalizar o mecanismo de solução de conflitos previsto no Termo de Transação e de Ajustamento de Conduta (TTAC), o que, no entendimento do Diretor Presidente, fragilizaria a governança interfederativa. Questionado pelo Conselheiro Sr. Pedro Aguiar de Freitas, o Diretor Presidente informou que o painel ainda não foi estabelecido, faltando a indicação dos nomes;
- 5.10. Sobre os fundos múltiplos para financiamento do capital de giro e investimentos para micro e pequenas empresas, o Diretor Presidente mostrou os números de acessos pelas empresas, no que o Presidente do Conselho destacou a necessidade de vincular a atuação dos bancos de desenvolvimento e outras agências para incrementar o potencial de atendimento dos fornecedores locais às demandas dos programas da Fundação. O Conselheiro Sr. Flávio de Medeiros Bocayuva Bulcão destacou a necessidade de estudar a aderência do serviço e/ou produto desses bancos em relação ao TTAC. A Conselheira Sra. Ana Cristina Correa da Silva questionou sobre o risco do fornecedor no acesso ao fundo, no que o Diretor Presidente destacou que a alocação do risco fica no fundo, destacando que a empresa precisa demonstrar o incremento de sua capacidade técnica, saindo da condição de impossibilidade de contratação para uma situação de capacitação técnica e financeira para fornecimento;
- 5.11. Sobre manejo de rejeitos, destacou o resultado positivo da operação Augis, conduzida pelo IBAMA, ressaltando a anuência para a Fundação passar para o próximo passo da recuperação das áreas impactadas e alcançadas pela operação. O Conselheiro Sr. Ian Burton Wood questionou porque esse resultado não foi reportado na mídia, considerando que na operação anterior o resultado foi ruim e o destaque na mídia foi muito explorado. O Diretor Presidente ressaltou que isso será conduzido pela Fundação, e só não o fizemos anteriormente pois estávamos aguardando a formalização da emissão do relatório. O Conselheiro Sr. Alberto Ninio ressaltou que não entende porque os dados de monitoramento produzidos pela Fundação não são utilizados, não entendendo essa subordinação ao posicionamento da Agência Nacional de Águas (ANA), destacando que precisamos voltar com esse assunto à pauta em outro momento.



VISTO
BH. 06/08/18
Gabriel Pereira de Mendonça
Promotor de Justiça
Curador de Fundações

O Diretor Presidente destacou que a ANA considera os dados como pertinentes ao sistema de monitoramento, e ressaltou que os órgãos pediram anteriormente o desenvolvimento da metodologia de disponibilização dos dados. O Conselheiro Sr. Flávio de Medeiros Bocayuva Bulcão concordou e entende que precisamos buscar as formas de disponibilizar os dados. O Conselheiro Sr. Ian Burton Wood acrescentou à discussão do monitoramento que também gostaria de receber a interpretação dos dados pelos técnicos da Fundação;

- 5.12. Finalizando sua exposição, o Diretor Presidente destacou a implementação do plano de emergência para o período chuvoso. O Conselheiro Sr. Alberto Ninio indicou que as intervenções parecem ser muito de responsabilidade dos órgãos de defesa civil e questionou se existe possibilidade de vincular os casos previstos no plano (ex.: queda de barreira num rio tributário) ao rompimento da Barragem de Fundão, no que o Diretor Presidente destacou que isso é parte do gerenciamento de risco da Fundação, informando que ainda conduziremos o plano de emergência para o período chuvoso para o ano de 2018, dado a potencial influência do plano de manejo de rejeitos nos indicadores de turbidez. O Conselheiro Sr. José Ângelo Paganini questionou se a Fundação trabalha em sinergia com o Comitê de Bacia do Rio Doce, no que o Diretor Presidente ressaltou a importância desse trabalho e informando que esse trabalho conjunto existe e vem sendo conduzido pelas entidades;
- 5.13. Sobre o tema *compliance*, foi convidado o Sr. Eduardo Dinelli Costa Santa Cecília, Gerente de *Compliance* da Fundação, juntamente com a Dra. Fernanda Thomazella, do escritório Maeda, Ayres e Sarubbi, que trouxe a continuidade do caso concreto trazido na reunião anterior. O relatório final e as recomendações estão arquivados na Fundação Renova. O Conselheiro Sr. Ian Burton Wood questionou sobre o plano de ação específico para atacar os pontos destacados de delimitação de políticas e procedimentos mais robustos de contratação, no que o Gerente de *Compliance* destacou que esse trabalho será feito em conjunto com a área de recursos humanos e será trazido na próxima reunião do Conselho Curador;
- 5.14. Sobre o tema saúde e segurança, foi convidado o Sr. Rubens Bechara Junior, que iniciou sua apresentação mostrando a performance do mês anterior, informando que a taxa de acidentes registrados se posiciona em 0,52, passando para a matriz de responsabilidades das lideranças da Fundação, destacando a melhoria contínua observada no percentual de seu cumprimento. Apresentou o trabalho que será feita acerca dos 13 riscos críticos atuais e seus controles, bem como o trabalho de aferição desses riscos que será feito a partir desse mês. Sobre os incidentes críticos, destacou o registro de 21 incidentes, sendo 85% relacionados com movimentação de veículos. O Conselheiro Sr. Flávio de Medeiros Bocayuva Bulcão corroborou a importância do trabalho de riscos críticos, destacando a necessidade de foco nos maiores riscos e buscando seu gerenciamento;
- 5.15. Adentrando na pauta do diálogo com o Conselho Consultivo, foram apresentados os representantes, Sr. Cláudio Boechat e Sr. José Geraldo Rivelli, que iniciaram sua explanação sobre os seguintes pontos: (i) os aspectos transacionais dos projetos em implementação, (ii) a participação do Conselho Consultivo em programas em planejamento e (iii) as ideias de novos projetos surgidos dentro do Conselho Consultivo;
- 5.16. Sobre o primeiro ponto, o Sr. Claudio Boechat relatou que o PIM parece ter entrado num processo de normalização, ainda restando discussões acerca de diferenciação entre aspectos de produtor e pescador (ex.: agricultor e pescador), alternativas para o reconhecimento de documentos, o pagamento após três meses de celebração do acordo, finalizando com o fortalecimento da estrutura operacional da Fundação para evitar a criação de canais alternativos para solução de problemas, como a utilização do Conselho Consultivo como acesso à estrutura da Fundação. O Presidente do Conselho recomendou que as recomendações do Conselho Consultivo sejam encaminhadas à Diretoria Executiva e somente depois ao Conselho Curador e, no limite, ao CIF. O Conselheiro Sr. Alberto Ninio solicitou que esse prazo de pagamento da indenização seja reduzido e que o processo também seja otimizado para reduzir o tempo. O Conselheiro Sr. Ian Burton Wood corroborou essa recomendação de melhorar o processo para



VISTO
BH. 06/08/18
Gabriel Pereira de Mendonça
Promotor de Justiça
Curador de Fundações

Handwritten signatures and initials at the bottom of the page.

Página
Gabriel Pereira de Mendonça
Promotor de Justiça
Diretor Presidente

reduzir o lapso temporal para pagamento do valor da indenização. O Diretor Presidente apresentará na próxima reunião os dados de dias médios para pagamento e o processo com propostas de melhoria. O Conselheiro Sr. José Ângelo Paganini questionou se os canais de relacionamento passam por processos de auditoria, no que o Diretor Presidente respondeu que isso ainda não é feito, mas está no plano da Fundação o estabelecimento desse processo de verificação;

- 5.17. Sobre a realocação dos impactados, o Sr. Claudio Boechat ressaltou a necessidade de acompanhamento e alarme para potenciais descumprimentos de prazos prometidos, bem como algumas recomendações para evitar invasões no imóvel destinado ao reassentamento, interação para introdução de aspectos de sustentabilidade (aspectos econômicos, ambientais, políticos e sociais) nas moradias e coletivos. O Gerente Jurídico apontou as alterações do plano diretor com vistas a proteger legalmente o processo de favelização do reassentamento. O Conselheiro Sr. Pedro Aguiar de Freitas sugeriu que a contratação local seja um ponto a ser observado como elemento de proteção contra esse risco. O Conselheiro Sr. José Ângelo Paganini também ressaltou a necessidade de verificar a proteção de áreas próximas à do reassentamento, de modo a evitar esse processo de degradação, no que o Conselheiro Sr. Alberto Ninio sugeriu que fossem pensados modelos que a legislação ambiental já dispõe (ex.: áreas de proteção ambiental e unidades de conservação). Sobre contratações locais, o Conselho Consultivo entende que deve haver um aprimoramento dos critérios de contratação para fortalecer fornecedores locais, disponibilização de informações sobre valores finais vencedores de processos concorrenciais, reserva de mercado e interação da Fundação com a Associação Comercial de Mariana. O Diretor Presidente ressaltou os trabalhos que vêm sendo conduzidos pela Fundação e destacando que o desafio é capacitar os fornecedores locais, e não criar privilégios sem qualquer tipo de legalidade e justificativa. O Presidente do Conselho destacou a necessidade de vincular os programas de recuperação econômica à essas demandas de contratação local;
- 5.18. Sobre a discussão do planejamento dos programas no âmbito do Conselho Consultivo, o Sr. Claudio Boechat destacou um programa de voluntariado e os inúmeros questionamentos de interessados em participar. Sobre a proposição de projetos, o Conselho abordou inicialmente a discussão da Gestão do Conhecimento, promovendo a elaboração de uma minuta de política, uma busca de maior proatividade coletiva, sem perda de autonomia e com respeito aos limites do TTAC, culminando com a realização de *workshop* com a comunidade acadêmica previsto para fevereiro de 2018. Sobre o assunto de flocculantes em Candonga, o Sr. Claudio Boechat relatou a ideia de desenvolvimento de flocculantes a partir de plantações nas proximidades de Candonga, acrescentando a possibilidade de desenvolvimento de coagulante na região da foz do Rio Doce. O Conselheiro Sr. Ian Burton Wood ressaltou a necessidade de não criar expectativas em relação a demanda de flocculantes, considerando questões de saúde pública e outros usos. O Sr. Claudio Boechat ressaltou a recomendação de desenvolvimento de aquírios em Mariana e na foz do Rio Doce. Finalizando, o Sr. Claudio Boechat elencou os pontos de fortalecimento do Conselho Consultivo, destacando a participação nas reuniões do CIF, a participação no Conselho Curador, realização de reuniões nas localidades e o relacionamento com Comitês de Bacias Hidrográficas. O Presidente do Conselho agradeceu e destacou que os Conselhos devem se reunir posteriormente para tratar de forma integrada dessas ideias e recomendações trazidas pelo Conselho Consultivo;

- 5.19. Antes de iniciar a discussão sobre o orçamento de 2018, o Presidente do Conselho asseverou uma alteração de agenda com vistas à aprovação, considerando que o CIF concordou com a prorrogação de prazo para entrega do orçamento e com o limite de 07 de dezembro de 2017 para aprovação final. O Gerente Financeiro, Sr. Carlos Henrique Ribeiro, iniciou sua abordagem lembrando o histórico de discussão do orçamento, a construção de suas premissas e o sumário geral das despesas considerando as despesas administrativas e ativo fixo, e as despesas finalísticas, consolidando-as em um orçamento geral. O Gerente Financeiro detalhou esse orçamento com os programas prioritários, os demais programas e as despesas de gestão. Sobre as dotações previstas para 2018, o Gerente Financeiro detalhou as previsões de dotações para o



~~VISTO
BH. 06/08/18
Gabriel Pereira de Mendonça
Promotor de Justiça
Curador do Fundações~~

[Handwritten signatures and initials]

exercício seguinte, destacando uma dotação total de R\$2.690.000.000,00 (dois bilhões, seiscentos e noventa milhões de reais). O Conselheiro Sr. Alberto Ninio recomendou a Fundação discuta com o CIF a possibilidade de não fazer o depósito dos valores pendentes relacionados ao programa de saneamento, mas asseverando o compromisso das mantenedoras de manter tais valores disponibilizados para a Fundação quando do pedido, já que atualmente existem disponíveis R\$ 276.000.000,00, embora o planejamento de desembolso para o ano de 2018 para tal programa seja de R\$ 52.000.000,00, ou seja, não tem racionalidade econômica esse compromisso. O Presidente do Conselho pediu ao Gerente Jurídico avaliar junto ao CIF a forma de viabilizar uma solução desse ponto, ao mesmo tempo de não ser considerado um inadimplemento ao TTAC;



- 5.20. Continuando, o Gerente Financeiro detalhou as variações do orçamento de 2018 em relação à proposta apresentada em junho de 2017, sendo que os programas que mais impactam os valores compreendem o PIM e o auxílio financeiro emergencial. O Conselheiro Sr. Flávio de Medeiros Bocayuva Bulcão apresentou questionamentos acerca da dedução dos valores de auxílio financeiro emergencial, pois a decisão do Conselho Curador na reunião do mês anterior foi exatamente de estabelecimento do painel de especialistas para dirimir esse ponto de conflito entre a Fundação e o CIF. Os conselheiros solicitaram que a Fundação envie esforços para que a constituição do painel e que sua opinião seja emitida até março de 2018, no máximo até junho de 2018. Em caso de decisão contrária ao entendimento da Fundação, os conselheiros desde já reconhecem que a Fundação retornará com pleito de recursos financeiros para cobrir a necessidade de pagamentos;
- 5.21. O Gerente Financeiro detalhou o escalonamento dos gastos com os programas prioritários e as despesas gerais para 2018. Os Conselheiros Srs. Ian Burton Wood e Alberto Ninio questionaram se a Fundação tem capacidade operacional para viabilizar os pagamentos conforme a previsão orçamentária. O Conselheiro Sr. Pedro Aguiar de Freitas ressaltou que a Fundação, sendo a maior interessada em efetivamente promover os pagamentos das indenizações, deveria ser cobrada na medida desse compromisso, e para isso deve criar os mecanismos para operacionalização. O Diretor Presidente ressaltou que pagar todas as indenizações previstas é muito desafiador e a Fundação tem iniciativas em curso para viabilizá-las;
- 5.22. No mesmo sentido, o Conselheiro Sr. Flávio de Medeiros Bocayuva Bulcão questionou a capacidade de a Fundação cumprir os prazos dos demais programas, notadamente de Candonga e reassentamento, no que foi respondido que as equipes técnicas estão fazendo todos os esforços possíveis para o cumprimento. O Conselheiro Sr. Ian Burton Wood entende que em torno de cinco programas compreendem o grande escopo e centro de preocupação da Fundação, e por isso os conselheiros precisam receber mensalmente o cumprimento do andamento desses programas em relação ao orçamento previsto e o orçamento executado. O Diretor Presidente concorda com a manifestação, e acrescenta que um desafio é evitar a dispersão de esforços e de energia, privilegiando o foco nestes programas mais sensíveis para a Fundação;
- 5.23. O Gerente Financeiro destacou as despesas sob a perspectiva plurianual, culminando os programas prioritários para 2020, e extrapolando uma série de despesas até 2030, de caráter informativo, dadas as incertezas envolvidas nessa análise. Adentrou nas despesas de pessoal, divididas conforme a destinação, se administrativas ou finalísticas, além de apresentar o acréscimo de pessoal previsto para o ano de 2018, considerando as áreas demandantes e o acréscimo no orçamento. Para justificar essa alteração, foi apresentada a dinâmica da movimentação de mão-de-obra desde a constituição da Fundação com a projeção até 2018. O Diretor Presidente salientou que o aumento do quadro de pessoal deve ser observado à luz do custo do serviço prestado, e não somente à luz do número em si de empregados diretos ou indiretos, e o custo do serviço terceirizado vem sendo mais elevado que o custo do serviço internalizado, no que o Conselheiro Sr. Pedro Aguiar de Freitas ressaltou que, a despeito dessa colocação, há também o custo do desligamento, não somente financeiro mas também

VISTO
BH. 10/04/18
Gabriel Pereira de Mendonça
Promotor de Justiça
Curador de Fundações

reputacional. Finalizando a pauta de assuntos financeiros, o Gerente Financeiro apresentou o estágio de acesso e performance dos fundos viabilizados pela Fundação Renova;

- 5.24. O Conselheiro Sr. José Ângelo Paganini ponderou que a atuação da Fundação se confunde muito com a atuação do Comitê de Bacia, sendo que apenas essa última é a entidade legalmente instituída para conduzir os trabalhos na bacia do Rio Doce. O Conselheiro Sr. Alberto Ninio entende que esse é um problema da estrutura criada pela legislação brasileira, no entanto o papel da Fundação tem nuances que a diferenciam do Comitê;
- 5.25. Seguindo a pauta, a Fundação apresentou as Solicitações de Deliberação do Conselho Curador, iniciando com a APRO38/2017, acerca da Política de apoio a investimentos sociais. Em reunião anterior do Conselho Curador a citada APRO não havia sido aprovada, sendo que os conselheiros solicitaram discussão com as mantenedoras, pois não haviam concordado com a proposta original. O Conselheiro Sr. Alberto Ninio entende que o papel da Fundação é bastante claro de atender os programas do TTAC, não havendo necessidade de uma política que parece fora do que é proposto no TTAC. O Conselheiro Sr. Ian Burton Wood concordou e acrescentou que qualquer pedido além do especificado pode ser trazido para deliberação do Conselho Curador, não havendo uma necessidade de uma política de apoio a investimentos sociais. O Diretor Presidente apenas retificou que a política não foi desenhada no sentido de viabilizar financiamentos a ações que não estivessem previstas no TTAC. O Presidente do Conselho corroborou as opiniões dos conselheiros e reforçou a necessidade de estarmos estritamente vinculados aos programas do TTAC;
- 5.26. A segunda solicitação tratou da APRO41/2017, à luz do artigo 22, XV, (a), do Estatuto da Fundação, referente à celebração de aditivo de valores associados ao termo de cumprimento ao TTAC para o território Tupiniquim e Guarani, no valor de R\$23.336.472,28 e extensão do prazo contratual para 13 meses adicionais. Os conselheiros Sr. Alberto Ninio, Sr. Flávio de Medeiros Bocayuva Bulcão e Sr. Ian Burton Wood apresentaram ponderações e dúvidas. O Líder do Programa de Povos Indígenas e Comunidades Tradicionais, Sr. Bruno Alcântara Cardoso foi convidado a explicar com maiores detalhes o objeto do pedido. Foram solicitadas maiores informações e maiores detalhamentos sobre o assunto para que retorne à pauta para o Conselho Curador;
- 5.27. A terceira solicitação foi a APRO44/2017, à luz do artigo 22, XIII, do Estatuto da Fundação, referente à aprovação da extensão de licença maternidade e paternidade para 180 e 20 dias, respectivamente. O Conselheiro Sr. Alberto Ninio questionou se a concessão desses benefícios pode ser negativamente percebida pelos inúmeros *stakeholders* externos que já criticam severamente a Fundação, sugerindo que o assunto retorne para discussão no ano de 2018. A Conselheira Sra. Ana Cristina Correa da Silva achou interessante a proposta, mas entende que a concessão desse benefício deve ser discutida no próximo ano. O Conselheiro Sr. Pedro Aguiar de Freitas concorda com o posicionamento do Conselheiro Sr. Alberto Ninio e entende que não devemos aprovar a concessão do benefício. O Conselheiro Sr. Ian Burton Wood discorda, acrescentando que a diversidade de gênero na Fundação deve ser elogiada e essa participação das mulheres no mercado de trabalho deve ser sempre receber incentivos em forma desses mecanismos de atração para o trabalho. Como alternativa para aprovação, propôs a aprovação da extensão da licença maternidade e retirar da pauta a aprovação da extensão da licença paternidade. O Conselheiro Sr. José Ângelo Paganini aprova a proposta. O Conselheiro Sr. Flávio de Medeiros Bocayuva Bulcão entende que esse benefício deve ser considerado, tal seu impacto positivo no ambiente social, destacando apenas discordar do benefício dos 20 dias para os pais. O Diretor Presidente ressaltou a importância da adoção dessa política, em função não somente dos aspectos sociais, mas principalmente pela atratividade e competitividade que tal benefício pode trazer, já que a remuneração da Fundação é abaixo do mercado e o desafio enfrentado nos trabalhos é muito grande. O Presidente do Conselho entende o pedido de deliberação e sua importância, recomendando que o assunto retorne a pauta no prazo de seis meses;



VISTO
BH. 10/04/18
Gabriel Pereira de Mendonça
Promotor de Justiça
Curador de Fundações

Gabriel Pereira de Mendonça

- 5.28. A quarta solicitação foi a APRO45/2017, à luz do artigo 22, XV, (b), do Estatuto da Fundação, referente à celebração de acordo geral de cooperação técnica com a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), com vigência de cinco anos. O item foi aprovado unanimemente pelos conselheiros;
- 5.29. A quinta solicitação foi a APRO46/2017, à luz do artigo 22, VI, do Estatuto da Fundação, referente à aquisição da propriedade do Sr. João Corcini, no valor de R\$1.508.300,00 (um milhão, quinhentos e oito mil e trezentos reais), para o programa de reabilitação e criação das condições de retorno à operação da Usina Hidrelétrica Risoleta Neves. O item foi aprovado unanimemente pelos conselheiros;
- 5.30. A sexta solicitação foi a APRO47/2017, à luz do artigo 22, VI, do Estatuto da Fundação, referente à aquisição de área correspondente a 132 ha (hectares) para viabilizar a construção do Dique S4 no valor de R\$1.700.000,00 (um milhão e setecentos mil reais), sendo R\$948.350,00 (novecentos e quarenta e oito mil e trezentos e cinquenta reais) a serem pagos pela Fundação e R\$751.650,00 (setecentos e cinquenta e um mil e seiscentos e cinquenta reais) a serem pagos pela mantenedora principal. O item foi aprovado unanimemente pelos conselheiros;
- 5.31. A sétima solicitação foi a APRO42/2017, à luz do artigo 22, XIII e XVII, do Estatuto da Fundação, referente à aprovação de dois membros para o Comitê Técnico para tratar de temas de desenvolvimento econômico e social e reassentamento. O Conselheiro Sr. Flávio de Medeiros Bocayuva Bulcão ressaltou que o seu entendimento era de que o Comitê teria uma atuação estritamente técnica e, analisando os nomes propostos, percebe-se uma tentativa de apontamento de pessoas com notório saber nos assuntos em que a Fundação atua. O Conselheiro Sr. Pedro Aguiar de Freitas acrescentou que, a despeito do Comitê Técnico ter sido aprovado pelo Conselho Curador, não está claro qual o papel e as competências desse órgão. O Conselheiro Sr. Ian Burton Wood questionou como seria o modelo de trabalho de revisão dos programas, já que sua implementação é muito dinâmica. O Diretor Presidente explicou como está desenhado o modelo de trabalho do Comitê Técnico, no sentido de um assessoramento para as equipes técnicas para pareceres técnicos robustos antes de discussões mais sensíveis no âmbito das Câmaras Técnicas, não podendo ser confundido o painel da *The International Union for Conservation of Nature* - União Internacional para a Conservação da Natureza (IUCN), que tem um caráter externo à Fundação. O item foi aprovado unanimemente pelos conselheiros;
- 5.32. A oitava solicitação foi a APRO49/2017, à luz do artigo 22, (a), do Estatuto da Fundação, referente à celebração do aditivo contratual com o fornecedor Tommasi Analítica Ltda para continuidade do monitoramento da potabilidade da água de Colatina, no valor de R\$8.902.792,89 (oito milhões, novecentos e dois mil, setecentos e noventa e dois reais e oitenta e nove centavos) e vigência até 30 de novembro de 2017, sendo o valor do aditivo de R\$2.615.339,41 (dois milhões, seiscentos e quinze mil, trezentos e trinta e nove reais e quarenta e um centavos). O item foi aprovado unanimemente pelos conselheiros, condicionado à discussão com as mantenedoras sobre a manifestação sobre a desnecessidade de continuidade desses monitoramentos da forma como originalmente assumidos nos termos de compromisso;
- 5.33. A nona solicitação foi a APRO51/2017, à luz do artigo 22, IV e XIII, do Estatuto da Fundação, referente à revisão do efetivo (*headcount*) da Fundação Renova em função das mudanças de cenário, sustentado pelo dimensionamento do quadro de pessoal e modalidades de contratação, levando-se em conta aspectos técnico-econômicos, riscos e flexibilidade, além de considerar que, para um efetivo de 496 colaboradores, o custo com pessoal próprio em 2017 será de R\$97.700.000,00 (noventa e sete milhões e setecentos mil reais), enquanto para o ano de 2018 o orçamento provisionado é de R\$99.300.000,00 (noventa e nove milhões e trezentos mil reais). Os conselheiros solicitaram que essa discussão seja retomada na próxima reunião do Conselho Curador;
- 5.34. A décima solicitação foi a APRO48/2017, à luz do artigo 22, XV, (a) e (b), do Estatuto da Fundação, referente a aditivo do contrato com o fornecedor Hidropoços para recuperação do poço existente na terra indígena Krenak, cujo valor compreende acréscimo de R\$12.526,90



VISTO
BH. 10/04/18

Gabriel Pereira de Mendonça

Conselheiro de Justiça
Conselheiro de Fundações

(doze mil quinhentos e vinte e seis reais e noventa centavos) ao valor contratado de R\$44.064,63 (quarenta e quatro mil seiscentos e quatro reais e sessenta e três centavos). O item foi aprovado unanimemente pelos conselheiros;

- 5.35. Os Conselheiros Srs. Ian Burton Wood e Alberto Ninio destacaram dois assuntos que devem ser conduzidos com muito cuidado, considerando a dificuldade de mercado para atendimento das demandas e os problemas históricos dos assuntos, a saber, os assuntos relacionados com os indígenas e a biodiversidade, ressaltando a importância ainda mais pronunciada do painel de especialistas para tais casos, caso seja necessário;
- 5.36. Sobre a pauta de comunicação, foi convidado o Sr. Cristiano Cunha, que apresentou um resumo sobre a abordagem da imprensa para o segundo aniversário do rompimento da Barragem de Fundão. As primeiras análises mostraram que o referido marco colocou a Fundação Renova no mapa da mídia no Brasil. Além disso, a Fundação foi identificada como responsável pela reparação e se posicionou publicamente sobre todos os temas abordados. Apontou como foi a cobertura em relação aos principais órgãos da imprensa brasileira, destacando que os principais temas positivos tratados foram a autonomia institucional de governança, as dificuldades naturais de um processo de reparação e o balanço das ações de reparação. No caso da mídia digital, ressaltou que estamos com cerca de 50 mil acessos mensais, além do impulsionamento de vários conteúdos da Fundação no site e em outras redes sociais. O Conselheiro Sr. Pedro Aguiar de Freitas parabenizou o trabalho realizado pela equipe de comunicação para atendimento a esse processo tão sensível e importante para a Fundação Renova;
- 5.37. Adentrando nos aspectos de comunicação interna e institucional, foi convidada a Sra. Vivian de Castro Medeiros, que iniciou sua abordagem com a apresentação da discussão com os diversos órgãos das comunidades impactadas, bem como as “Rodas de Conversa” com os diretores e em todos os territórios de atuação da Fundação. Ressaltou as 17 pílulas de *whatsapp* enviadas para todos os colaboradores da Fundação e que foram replicadas para toda a rede de contatos. O Conselheiro Sr. Flávio de Medeiros Bocayuva Bulcão questionou se a Fundação intervirá para os casos de informações equivocadas que podem ser percebidas claramente, por exemplo, em programas de rádio. A Sra. Vivian informou que a Fundação está fazendo esses reparos nos seus próprios mecanismos de comunicação, incluindo a rádio Renova. O Conselheiro Sr. Ian Burton Wood ressaltou que o trabalho vem sendo muito bem conduzido e os resultados obtidos no segundo aniversário corroboram essa abordagem adotada pela Fundação. Continuando, um dos desafios enfrentados foi o de humanizar os relatos de pessoas que tinham interesse em se manifestar e, para isso, foram realizadas dez entrevistas com pessoas das comunidades ou que tenham alguma relação com a Fundação para participarem de entrevistas conduzidas internamente. O Presidente do Conselho agradeceu e ressaltou a importância dos processos de comunicação para a legitimidade da Fundação;
- 5.38. O Conselheiro Sr. Ian Burton Wood destacou a necessidade de apresentação dos indicadores de performance para a diretoria na próxima reunião. Finalizando a reunião, o Presidente do Conselho agradeceu a presença e participação de todos.

6. **Deliberações Tomadas:** Cumpridas todas as formalidades previstas na legislação pertinente e no Estatuto da Fundação Renova, os conselheiros presentes, após debates e discussões, aprovaram:

- 6.1. A Solicitação de Deliberação do Conselho Curador APRO42/2017, à luz do artigo 22, XIII e XVII, do Estatuto da Fundação, referente à aprovação de dois membros para o Comitê Técnico para tratar de temas de desenvolvimento econômico e social e reassentamento.;
- 6.2. A Solicitação de Deliberação do Conselho Curador APRO45/2017, à luz do artigo 22, XV, (b), do Estatuto da Fundação, referente à celebração de acordo geral de cooperação técnica com a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), com vigência de cinco anos;




VISTO
BH. 10/10/18
Gabriel Pereira de Mendonça
Promotor de Justiça
Curador de Fundações

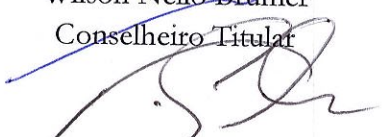



- 6.3. A Solicitação de Deliberação do Conselho Curador APRO46/2017, à luz do artigo 22, VI, do Estatuto da Fundação, referente à aquisição da propriedade do Sr. João Corcini, no valor de R\$1.508.300,00 (um milhão, quinhentos e oito mil e trezentos reais), para o programa de reabilitação e criação das condições de retorno à operação da Usina Hidrelétrica Risoleta Neves;
 - 6.4. A Solicitação de Deliberação do Conselho Curador APRO47/2017, à luz do artigo 22, VI, do Estatuto da Fundação, referente à aquisição de área correspondente a 132 ha (hectares) para viabilizar a construção do Dique S4 no valor de R\$1.700.000,00 (um milhão e setecentos mil reais), sendo R\$948.350,00 (novecentos e quarenta e oito mil e trezentos e cinquenta reais) a serem pagos pela Fundação e R\$751.650,00 (setecentos e cinquenta e um mil e seiscentos e cinquenta reais) a serem pagos pela mantenedora principal;
 - 6.5. A Solicitação de Deliberação do Conselho Curador APRO48/2017, à luz do artigo 22, XV, (a) e (b), do Estatuto da Fundação, referente a aditivo do contrato com o fornecedor Hidropoços para recuperação do poço existente na terra indígena Krenak, cujo valor compreende acréscimo de R\$12.526,90 (doze mil quinhentos e vinte e seis reais e noventa centavos) ao valor contratado de R\$44.064,63 (quarenta e quatro mil seiscentos e quatro reais e sessenta e três centavos);
 - 6.6. A Solicitação de Deliberação do Conselho Curador APRO49/2017, à luz do artigo 22, (a), do Estatuto da Fundação, referente à celebração do aditivo contratual com o fornecedor Tommasi Analítica Ltda para continuidade do monitoramento da potabilidade da água de Colatina, no valor de R\$8.902.792,89 (oito milhões, novecentos e dois mil, setecentos e noventa e dois reais e oitenta e nove centavos) e vigência até 30 de novembro de 2017, sendo o valor do aditivo de R\$2.615.339,41 (dois milhões, seiscentos e quinze mil, trezentos e trinta e nove reais e quarenta e um centavos). O item foi aprovado, condicionado à discussão com as mantenedoras sobre a manifestação sobre a desnecessidade de continuidade desses monitoramentos da forma como originalmente assumidos nos termos de compromisso.
7. **Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, os trabalhos foram suspensos pelo tempo necessário à lavratura da presente ata no livro próprio, a qual, tendo sido lida e aprovada, foi assinada por todos os presentes. A assinatura do Conselheiro Sr Ian Burton Wood é baseada numa tradução livre desta ata que se encontra arquivada na Fundação Renova.

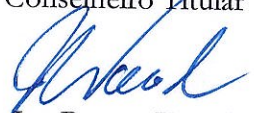
Belo Horizonte, 21 de novembro de 2017.

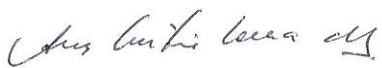

Wilson Nélio Brumer
Conselheiro Titular

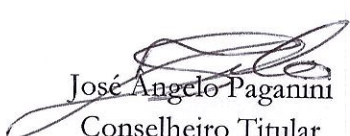

Alberto Ninio
Conselheiro Titular



Flávio de Medeiros Bocayuva Bulcão
Conselheiro Titular

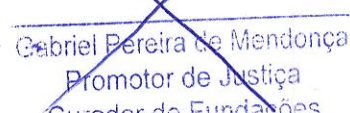

Pedro Aguiar de Freitas
Conselheiro Titular


Ian Burton Wood
Conselheiro Titular


Ana Cristina Correa da Silva
Conselheira Suplente


José Angelo Paganini
Conselheiro Titular


Guilherme Almeida Langart
Secretário


Gabriel Pereira de Mendonça
Promotor de Justiça
Curador de Fundações